



Colégio
M0001

Sala
0001

Ordem
0001

Fevereiro/2025



Concurso Público para Provimento de Cargos de Técnico Judiciário – Área Administrativa

Nome do Candidato

Caderno de Prova 'F06', Tipo 005

Nº de Inscrição

MO DELO

Nº do Caderno

TIPO-005

Nº do Documento

00000000000000000000

ASSINATURA DO CANDIDATO

PROVA

Conhecimentos Gerais
Conhecimentos Específicos
Discursiva-Redação

INSTRUÇÕES

Quando autorizado pelo fiscal de sala, transcreva a frase ao lado, com sua calligrafia usual, no espaço apropriado na Folha de Respostas.

Maquiavel foi historiador, filósofo e político italiano do Renascimento.

- Verifique se este caderno:
 - corresponde a sua opção de cargo.
 - contém 60 questões, numeradas de 1 a 60.
 - contém a proposta e o espaço para o rascunho da Prova Discursiva-Redação.
- Caso contrário, solicite imediatamente ao fiscal da sala a substituição do caderno.
- Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Leia cuidadosamente cada uma das questões e escolha a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

VOCÊ DEVE

- Procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- Verificar no caderno de prova qual a letra (A,B,C,D,E) da resposta que você escolheu.
- Marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, conforme o exemplo: A B C D E
- Ler o que se pede na Prova Discursiva-Redação e utilizar, se necessário, o espaço para rascunho.

ATENÇÃO

- Marque as respostas com caneta esferográfica de material transparente de tinta preta ou azul. Não será permitida a utilização de lápis, lapiseira, marca-textos, régua ou borracha durante a realização da prova.
- Marque apenas uma letra para cada questão. Será anulada a questão em que mais de uma letra estiver assinalada.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida nenhuma espécie de consulta ou comunicação entre os candidatos, nem a utilização de livros, anotações, códigos, manuais, notas ou impressos não permitidos, máquina calculadora ou similar.
- Em hipótese alguma o rascunho da Prova Discursiva-Redação será corrigido.
- Você deverá transcrever sua Prova Discursiva-Redação, a tinta, na folha apropriada.
- A duração da prova é de 4 horas e 30 minutos para responder a todas as questões objetivas, preencher a Folha de Respostas e fazer a Prova Discursiva-Redação (rascunho e transcrição) na folha correspondente.
- Ao terminar a prova, chame o fiscal e devolva todo o material recebido.
- É proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.

**CONHECIMENTOS GERAIS****Língua Portuguesa**

Atenção: Para responder às questões de números 1 a 5, baseie-se no texto seguinte.

A violência é sempre a dos outros

Aprendemos com a História que cada época justifica e naturaliza a seu modo as violências que lhe são próprias. As várias experiências de violência que vão surgindo ao longo dos séculos acusam as anteriores, não hesitando em apontar a barbárie das outras todas, enquanto deixam de acusar a que carregam consigo.

Veja-se esta observação do crítico francês Raymond Boudon: "Os gregos e os romanos aceitavam a escravidão porque não imaginavam que uma sociedade pudesse funcionar sem escravos. Estamos numa posição semelhante no que diz respeito à pobreza, na qual se encontram milhões e milhões de criaturas. Estamos convencidos de que uma sociedade justa deve procurar erradicá-la. Mas, como não conseguimos conceber os meios que permitem atingir esse objetivo, aceitamos que uma sociedade comporte grandes bolsões de pobreza. Em contrapartida, não hesitamos em condenar a prática da escravidão".

Parece que tendemos a ser sempre mais complacentes conosco e com a nossa época, avaliando com o maior rigor os descalabros do passado. Também no plano das relações pessoais a consideração que temos uns pelos outros pode não estar marcada pelo amor ao semelhante, mas pela aversão ao dessemelhante. Mas curiosamente, ao se lembrar de sua história pessoal, de sua infância idealizada, cada um de nós pode concluir que "antigamente, sim, tudo era melhor"...

(Alceste Romero de Brito, a editar)

1. As normas de concordância verbal estão plenamente observadas na frase:

- (A) Não se tratam de rebater tais justificativas, mas compreender as razões que as sustentam.
- (B) Atraem em nossas memórias da infância o caráter idílico que assumem.
- (C) Não se imaginem que as diferentes épocas históricas deixem de justificar suas violências.
- (D) Há quem creia que caibam avaliar as violências buscando justificá-las.
- (E) Diferem as épocas quanto à justificativa da específica violência que as caracteriza.

2. Está correto o emprego do elemento sublinhado na frase:

- (A) As violências históricas são fenômenos que sua memória não deve se perder.
- (B) Sempre há distorções históricas com as quais é difícil de encontrar justificativa.
- (C) A escravidão é a cruel instituição de cujo uso a humanidade não se redimiu.
- (D) Os escravocratas eram indivíduos de quem faltavam escrúpulos humanitários.
- (E) A infância de cada um de nós é um tempo aonde tudo tende à idealização.

3. Da comparação entre as violências já havidas na História e as que ocorrem sob os nossos olhos deve-se deduzir que

- (A) a avaliação de outras épocas só pode ser feita com isenção se considerados os critérios da época presente.
- (B) queremos nos persuadir de que as violências do passado justificavam-se melhor do que as do presente.
- (C) o passado tende a ser permanentemente considerado pela tendência de idealizar os feitos de outras épocas.
- (D) a relativização justificadora das violências do nosso tempo não entra em nossa avaliação das violências passadas.
- (E) tendemos a condenar sumariamente as mesmas violências que nossos antepassados já condenavam com rigor.

4. Segundo Raymond Boudon, a existência de *grandes bolsões de pobreza* em nosso tempo

- (A) provoca em nós uma perplexidade tal que fingimos desconhecer sua existência.
- (B) deve-se ao instinto natural da competição, que deve reger as relações sociais.
- (C) faz com que não admitamos as justas razões de haver escravidão em outros tempos.
- (D) tende a ser justificada por razão semelhante à que ocorria em face da antiga escravidão.
- (E) evidencia falhas nos recursos obsessivamente aplicados para atingir o ideal de igualdade.

5. Considerando o contexto, traduz-se adequadamente o sentido de um segmento do texto em:

- (A) *conceber os meios que permitem* (2º parágrafo) = deduzir as razões inclusivas.
- (B) *avaliando com o maior rigor* (3º parágrafo) = ajuizando com máxima severidade.
- (C) *naturaliza a seu modo as violências* (1º parágrafo) = violenta a seu modo uma naturalização.
- (D) *não hesitando em apontar a barbárie* (1º parágrafo) = acusando os bárbaros com relutância.
- (E) *deve procurar erradicá-la* (2º parágrafo) = precisa torná-la mais radical.



Atenção: Para responder às questões de números 6 a 10, baseie-se no texto seguinte.

[Entre luas]

Declarou-me uma amiga que passou a se dedicar a olhar o céu estrelado para se consolar das feiuras terrestres. Não seria isso uma solução excessivamente cômoda? Se quiséssemos levar essa declaração às últimas consequências, acabaríamos dizendo: "que a Terra continue de mal a pior, eu olho para o céu e reencontro meu equilíbrio interior". Não estaria minha amiga instrumentalizando ilicitamente esse céu estrelado?

Não buscaria eu exortá-la a mais entusiasmo lembrando as magníficas aventuras cosmonáuticas da humanidade, essas lutas míticas pela supremacia terrestre sobre o firmamento. O que me interessa, ao contrário, é tudo o que é apropriação verdadeira do espaço e dos objetos celestes, ou seja, o **conhecimento** objetivo de uma relação entre nós e o universo extra-humano.

A Lua, desde a Antiguidade, significou para os homens esse desejo de um paraíso luminoso e sereno, e essa devoção lunar dos poetas se perpetuou pelos tempos. Mas a Lua dos poetas tem alguma coisa a ver com as imagens leitosas e esburacadas que os foguetes nos enviam? Talvez não, ainda; mas o fato de sermos obrigados a reconsiderar a Lua de maneira nova nos levará a reconsiderar de maneira nova inúmeras outras coisas. Quem ama a Lua realmente não se contenta em contemplá-la como uma imagem convencional: quer entrar numa relação mais estreita com ela, quer ver mais na Lua, quer que a Lua lhe diga mais.

(Adaptado de: CALVINO, Italo. **Assunto encerrado – Discursos sobre literatura e sociedade**. Tradução: Roberta Barni. São Paulo: Companhia das Letras, 2006, p. 217-218)

6. Transpondo-se para a voz passiva a frase **É preciso que reconsideraremos a Lua de maneira nova**, a forma verbal resultante deverá ser
 - (A) reconsiderarmos.
 - (B) seja reconsiderada.
 - (C) venhamos a reconsiderar.
 - (D) fosse reconsiderado.
 - (E) tenhamos reconsiderado.

7. No último parágrafo, em quer ver mais na Lua e quer que a Lua lhe diga mais,
 - (A) o termo **mais** intensifica as ações representadas.
 - (B) os verbos são intransitivos.
 - (C) o termo **Lua** repete-se na função de sujeito.
 - (D) o termo **Lua** repete-se na função de complemento verbal.
 - (E) reconheceremos duas orações sem sujeito.

8. O título "Entre luas" justifica-se pelo fato de que, nesse texto, o autor
 - (A) demonstra a superioridade da imaginação contemplativa sobre o pragmatismo de quem se limita à ciência.
 - (B) analisa a polaridade que existe entre o culto místico dos astros e a busca obsessiva do autoconhecimento.
 - (C) se mostra um entusiasta das contemplações poéticas que sua amiga costuma estender ao satélite da Terra.
 - (D) fala da diversidade dos corpos celestes e do reconhecimento que só merecem os que de fato se aplicam em estudá-los.
 - (E) distingue as perspectivas de quem olha para o céu em busca de paz íntima e de quem quer investigá-lo para conhecê-lo.

9. Ao perguntar **Não estaria minha amiga instrumentalizando ilicitamente esse céu estrelado?**, o autor do texto está considerando
 - (A) o fervor de quem busca uma visão mais objetiva.
 - (B) o desânimo de quem renuncia ao conhecimento.
 - (C) uma desautorizada manipulação de uma realidade.
 - (D) a vantagem de um olhar desinteressado.
 - (E) a ilusão de quem se julga perito em astronomia.

10. **Quem ama a Lua realmente não se contenta em contemplá-la como uma imagem convencional.**
Uma nova redação correta e coerente do período acima se estabelece em:
 - (A) Reconhecer a Lua de uma forma convencional não satisfaz a quem efetivamente a ame.
 - (B) Nenhuma imagem convencional da Lua pode ser contemplada com tal amor verdadeiro.
 - (C) A contemplação da imagem convencional da Lua caracteriza-se por quem amar a Lua.
 - (D) Somente ama de fato a Lua quem não se ater ao convencionalismo de sua própria imagem.
 - (E) Não caberia contemplar a Lua a quem a ela se dedica através de uma imagem convencional.

**Matemática e Raciocínio Lógico**

11. Um fabricante de sabonetes vende cada caixa por R\$ 254,40. Uma caixa contém uma dúzia de embalagens e cada embalagem contém 4 sabonetes. Se um comprador solicita mais de 100 caixas, o fabricante faz um desconto de 5% no preço total. O fabricante recebeu um pedido de 6000 sabonetes. O valor a ser pago pelo comprador é

- (A) R\$ 28.620,00.
 - (B) R\$ 32.500,00.
 - (C) R\$ 31.800,00.
 - (D) R\$ 30.210,00.
 - (E) R\$ 33.390,00.
-

12. Em uma equipe de remo, o peso de 8 mulheres, em quilogramas, é:

63, 60, 57, 66, 62, 65, 69, 58.

Para se tornar uma equipe mais competitiva, o treinador sugeriu que cada integrante da equipe deveria aumentar sua massa muscular, o que resultaria em um ganho de 2% no peso corporal total. Se todas as 8 mulheres conseguirem atingir exatamente a meta estipulada pelo treinador, o peso médio da equipe, em quilogramas, será de

- (A) 61,75.
 - (B) 63,75.
 - (C) 60,50.
 - (D) 63,00.
 - (E) 62,50.
-

13. Em um bairro, há 70 famílias e algumas possuem animais de estimação. Sabe-se que 30 famílias têm um cachorro, 18 têm um gato e 13 têm um pássaro. Além disso, 3 famílias têm um cachorro e um gato e 8 famílias têm um cachorro e um pássaro.

Se nenhum gato convive com um pássaro, o número de famílias que NÃO possuem animais de estimação em casa é

- (A) 20.
 - (B) 10.
 - (C) 22.
 - (D) 18.
 - (E) 15.
-

14. A probabilidade de que uma lâmpada funcione por mais de 800 horas é 0,2. Temos três dessas lâmpadas em um ambiente. A probabilidade de que, logo após 800 horas de uso, pelo menos uma delas ainda esteja funcionando é de

- (A) 0,384.
 - (B) 0,096.
 - (C) 0,488.
 - (D) 0,168.
 - (E) 0,128.
-

15. Uma biblioteca comprou manuais e livros e gastou um total de R\$ 624,00. Pelos 15 livros, que custam o mesmo preço, pagou R\$ 240,00. Se cada manual custou o dobro do que pagou em cada livro, a quantidade de manuais comprados é igual a

- (A) 14.
- (B) 20.
- (C) 15.
- (D) 10.
- (E) 12.



Noções de Legislação

16. Em conformidade com a Resolução Administrativa TRT6-GP nº 29/2023, com relação à notícia de assédio ou discriminação,
- após a escuta das partes, havendo possibilidade de resolução do conflito, poderá ser firmado Termo de Ajustamento de Conduta (TAC), sendo que, em caso de reincidência, o(a) noticiado(a) não poderá firmar novo TAC, pelo período de cinco anos.
 - sendo inviável a resolução do conflito, o(a) noticiante poderá solicitar, desde que dentro do prazo de 1 ano após a escuta das partes, o encaminhamento da notícia à Presidência do Tribunal, para providências cabíveis, exceto a apuração por meio de sindicância ou processo administrativo disciplinar.
 - toda conduta que possa configurar assédio ou discriminação poderá ser noticiada apenas pela pessoa que tenha sofrido o assédio ou a discriminação.
 - toda conduta que possa configurar assédio ou discriminação poderá ser noticiada por qualquer pessoa que tenha conhecimento de fatos que possam caracterizar assédio ou discriminação no trabalho.
 - a unidade institucional que receber a notícia do assédio ou da discriminação fará sempre o registro formal do relato independentemente da autorização da pessoa noticiante.
-
17. Carmem, pessoa com deficiência, preenchendo todos os requisitos, deseja se inscrever em concurso público para provimento de cargo cujas atribuições sejam compatíveis com a sua deficiência. Valéria, servidora ocupante de cargo em comissão, será nomeada para ter exercício, interinamente, em outro cargo de confiança, sem prejuízo das atribuições do que ocupa atualmente. Nessas situações, em conformidade com a Lei nº 8.112/1990, para Carmem e outras pessoas com deficiência nas mesmas circunstâncias serão reservadas até
- 20% das vagas oferecidas no concurso e Valéria deverá optar pela remuneração de um dos dois cargos durante o período da interinidade.
 - 5% das vagas oferecidas no concurso e Valéria receberá obrigatoriamente apenas a remuneração do cargo de confiança que ocupará durante o período da interinidade.
 - 5% das vagas oferecidas no concurso e Valéria receberá a remuneração de ambos os cargos durante o período da interinidade.
 - 20% das vagas oferecidas no concurso e Valéria receberá a remuneração de ambos os cargos durante o período da interinidade.
 - 5% das vagas oferecidas no concurso e Valéria deverá optar pela remuneração de um dos dois cargos durante o período da interinidade.
-
18. Leandro, servidor público federal, opera direta e permanentemente com Raios X. Em conformidade com a Lei nº 8.112/1990, Leandro gozará
- trinta dias consecutivos de férias, por ano de atividade profissional, que podem ser acumuladas, até o máximo de dois períodos, no caso de necessidade do serviço.
 - trinta dias consecutivos de férias, por ano de atividade profissional, proibida em qualquer hipótese a acumulação.
 - vinte dias consecutivos de férias, por semestre de atividade profissional, proibida em qualquer hipótese a acumulação.
 - vinte dias consecutivos de férias, por ano de atividade profissional, proibida em qualquer hipótese a acumulação.
 - vinte dias consecutivos de férias, por semestre de atividade profissional, que podem ser acumuladas, até o máximo de dois períodos, no caso de necessidade do serviço.
-
19. Com relação ao Plano de Logística Sustentável (PLS), em conformidade com a Resolução nº 550/2024 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), que altera a Resolução nº 400/2021 também do CNJ,
- o relatório de desempenho do PLS de órgão do Poder Judiciário deverá ser publicado no sítio eletrônico do respectivo órgão do Poder Judiciário e encaminhado ao CNJ, por meio do PLS-Jud, até o dia 30 de junho do ano posterior ao que se refere.
 - o relatório de desempenho do PLS de órgão do Poder Judiciário deve compreender apenas a evolução bienal dos resultados dos indicadores ao longo do ciclo de execução dos respectivos PLS.
 - o relatório de desempenho do PLS de órgão do Poder Judiciário deverá ser publicado no sítio eletrônico do respectivo órgão e encaminhado ao CNJ, por meio do PLS-Jud, até o dia 31 de dezembro do ano posterior ao que se refere.
 - os resultados apurados relativos aos indicadores de desempenho do PLS e às ações do plano de ações devem ser avaliados pela Comissão Gestora do PLS, pelo menos duas vezes ao ano.
 - os resultados apurados relativos aos indicadores de desempenho do PLS e às ações do plano de ações devem ser avaliados pela Comissão Gestora do PLS, pelo menos uma vez ao ano.
-
20. De acordo com o Regimento Interno do Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região,
- se a vacância do cargo de Presidente ocorrer durante o primeiro ano de mandato, realizar-se-á eleição para todos os cargos de direção, nos sessenta dias seguintes à vacância.
 - a Escola Judicial do Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região (EJ-TRT6) é estruturalmente subordinada ao Tribunal Pleno e harmonicamente vinculada à Presidência da Corte.
 - não é atribuição do(a) Desembargador(a) Presidente do Tribunal supervisionar a distribuição dos feitos, por sorteio, mediante sistema informatizado, realizada de forma pública.
 - o Tribunal Pleno compõe-se apenas dos(as) seus(suas) Desembargadores(as) efetivos(as) com mais de 10 anos de exercício.
 - as Turmas serão compostas por sete Desembargadores(as) do Trabalho.

Noções de Direitos Humanos

21. Segundo a Resolução nº 368/2023 do Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CSJT), que instituiu o Programa de Equidade de Raça, Gênero e Diversidade no âmbito da Justiça do Trabalho, o Comitê Gestor Nacional do Programa de Equidade de Raça, Gênero e Diversidade reunir-se-á
- trimestralmente, em caráter ordinário, podendo ser convocadas reuniões extraordinárias pela Presidência ou pela Coordenação Nacional do Programa, sendo que os(as) magistrados(as) Gestores(as) Nacionais poderão ser reeleitos(as)/reconduzidos(as) por apenas um mandato consecutivo ou três alternados, garantindo a alternância dos membros do Comitê.
 - trimestralmente, em caráter ordinário, podendo ser convocadas reuniões extraordinárias pela Presidência ou pela Coordenação Nacional do Programa, sendo que os(as) magistrados(as) Gestores(as) Nacionais poderão ser reeleitos(as)/reconduzidos(as) por apenas mais dois mandatos consecutivos ou quatro alternados, garantindo a alternância dos membros do Comitê.
 - bimestralmente, em caráter ordinário, podendo ser convocadas reuniões extraordinárias pela Presidência ou pela Coordenação Nacional do Programa, sendo proibida a reeleição/recondução dos(as) magistrados(as) Gestores(as), garantindo a alternância dos membros do Comitê.
 - bimestralmente, em caráter ordinário, podendo ser convocadas reuniões extraordinárias pela Presidência ou pela Coordenação Nacional do Programa, sendo que os(as) magistrados(as) Gestores(as) Nacionais poderão ser reeleitos(as)/reconduzidos(as) por apenas mais dois mandatos consecutivos ou quatro alternados, garantindo a alternância dos membros do Comitê.
 - trimestralmente, em caráter ordinário, podendo ser convocadas reuniões extraordinárias pela Presidência ou pela Coordenação Nacional do Programa, sendo proibida a reeleição/recondução dos(as) magistrados(as) Gestores(as), garantindo a alternância dos membros do Comitê.
22. De acordo com o Protocolo Facultativo à Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, o Comitê sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência
- considerará inadmissível a comunicação quando os fatos que motivaram a comunicação tenham ocorrido antes da entrada em vigor do Protocolo para o Estado Parte em apreço, ainda que os fatos tenham continuado ocorrendo após aquela data.
 - levará publicamente ao conhecimento do Estado Parte concernente qualquer comunicação submetida ao Comitê. Dentro do período de um ano, o Estado concernente submeterá ao Comitê explicações ou declarações por escrito, esclarecendo a matéria e a eventual solução adotada pelo referido Estado.
 - não receberá comunicação referente a qualquer Estado Parte que não seja signatário do Protocolo.
 - considerará admissível a comunicação anônima, pela qual se noticia que uma pessoa ou o grupo de pessoas é vítima de violação das disposições da Convenção por um Estado Parte.
 - considerará inadmissível a comunicação quando não tenham sido esgotados todos os recursos internos disponíveis, inclusive no caso em que a tramitação desses recursos se prolongue injustificadamente.
23. Consoante a Constituição Federal de 1988, os Tratados sobre Direitos Humanos
- serão equivalentes às emendas constitucionais se aprovados, em cada Casa do Congresso Nacional, em três turnos, por dois quintos dos votos dos respectivos membros.
 - serão equivalentes às emendas constitucionais se aprovados, em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, por três quintos dos votos dos respectivos membros.
 - não poderão ser equivalentes às emendas constitucionais, pois nenhum Tratado ou Convenção Internacional poderá posuir o mesmo *status* da Constituição Federal.
 - assinados pelo Presidente da República, sem a necessidade de sua aprovação pelo Congresso Nacional, serão equivalentes às emendas constitucionais.
 - serão equivalentes às leis infraconstitucionais se aprovados, em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, por três quintos dos votos dos respectivos membros.
24. Considere:
- Cabe ao Comitê de Acompanhamento e Capacitação sobre Julgamento com Perspectiva de Gênero no Poder Judiciário realizar cooperação interinstitucional, dentro dos limites de sua finalidade, com entidades de natureza jurídica e social do país e do exterior que atuam na referida temática.
 - Os tribunais, em colaboração com as escolas da magistratura, promoverão cursos de formação inicial e formação continuada que incluem, preferencialmente, os conteúdos relativos aos direitos humanos, gênero, raça e etnia, conforme as diretrizes previstas no Protocolo para Julgamento com Perspectiva de Gênero, os quais deverão ser disponibilizados com periodicidade mínima semestral.
 - O Comitê de Acompanhamento e Capacitação sobre Julgamento com Perspectiva de Gênero no Poder Judiciário possui caráter internacional e temporário.
- Em conformidade com a Resolução nº 492/2023 do Conselho Nacional de Justiça – CNJ, que instituiu o Comitê de Acompanhamento e Capacitação sobre Julgamento com Perspectiva de Gênero no Poder Judiciário e o Comitê de Incentivo à Participação Institucional Feminina no Poder Judiciário, está correto o que consta em
- I e II, apenas.
 - III, apenas.
 - II, apenas.
 - I, II e III.
 - I, apenas.



25. Com relação ao direito à educação, em conformidade com o Protocolo adicional à Convenção Americana sobre Direitos Humanos em matéria de direitos econômicos, sociais e culturais – “Protocolo de San Salvador”, a fim de conseguir o pleno exercício do direito à educação, o ensino
- de primeiro grau deve ser obrigatório e acessível a todos gratuitamente.
 - técnico e profissional deve ser obrigatório e acessível a todos gratuitamente.
 - superior deve ser obrigatório e acessível a todos gratuitamente.
 - de primeiro grau não deve ser obrigatório, contudo deve ser acessível a todos gratuitamente.
 - de segundo grau deve ser obrigatório e acessível a todos gratuitamente.

Noções de Informática

26. O WannaCry foi um *malware* que infectou centenas de milhares de computadores em mais de 150 países, incluindo redes hospitalares, empresas de telecomunicação e transporte, causando prejuízo estimado em bilhões de dólares. Ele se propagava automaticamente de um computador para outro sem a necessidade de interação do usuário e criptografava os arquivos das vítimas, exigindo resgate em Bitcoin para liberar os dados. Essas características permitem concluir corretamente que o WannaCry é um
- backdoor* do tipo *cryptoware*.
 - trojan* e um *rootkit*.
 - vírus e um *ransomware*.
 - cryptoware* automato.
 - worm* e um *ransomware*.
27. No Google documentos, em português, é possível ver ou restaurar versões anteriores do documento, a partir de um clique em
- Ferramentas e, em seguida, em Versões.
 - Arquivo e, em seguida, em Histórico de versões.
 - Editar e, em seguida, em Versões.
 - Ferramentas e, em seguida, em Versionamento.
 - Arquivo e, em seguida, em Gerenciar versões.
28. A funcionalidade do Windows 11 que permite distribuir as janelas na tela em *layouts* predefinidos, por exemplo, em colunas, grandes ou áreas de maior e menor destaque, permitindo aproveitar o espaço da tela de maneira otimizada, é a
- Azure Cortana.
 - Windows Copilot.
 - Windows Badges.
 - Snap Layouts.
 - Microsoft Grid Layout.
29. Um Técnico Judiciário responsável pelo controle financeiro de um Tribunal Regional do Trabalho precisa compartilhar uma planilha de orçamento mensal com a equipe e precisa agendar reuniões semanais para discutir o orçamento. O Tribunal usa o *Google Workspace*, mas alguns membros da equipe preferem o Microsoft Office 365. A maneira mais eficiente de o Técnico distribuir a planilha e agendar as reuniões, garantindo que todos possam acessar e colaborar é
- compartilhar a planilha no *Google Docs* e enviar convites pelo *Microsoft Calendar*.
 - salvar a planilha no *Google Drive* e pedir para que cada membro faça o *download* para colaborar *offline*.
 - compartilhar a planilha no *Google Sheets* e enviar convites pelo *Google Calendar* e *Outlook*.
 - exportar a planilha para PDF e enviar por *e-mail*, e enviar convites pelo *Outlook*.
 - exportar a planilha para Excel e salvar em uma pasta local, e enviar convites pelo *Google Calendar*.
30. Em uma nova planilha criada no Google planilhas, em português, um Técnico Judiciário deseja importar os dados das células de A1 até B1 da aba chamada "Página1" da planilha disponível na URL <https://docs.google.com/spreadsheets/d/1QBcCYgjLAuOpg1MMurXEL82fM8sRRv8MiqCqM7glFSg/edit>. Para isso, ele deve utilizar o comando
- =IMPORTRANGE ("https://docs.google.com/spreadsheets/d/1QBcCYgjLAuOpg1MMurXEL82fM8sRRv8MiqCqM7glFSg/edit";"Página1!A1:B1")
 - =IMPORTARFAIXA ("https://docs.google.com/spreadsheets/d/1QBcCYgjLAuOpg1MMurXEL82fM8sRRv8MiqCqM7glFSg/edit", "Página1\$A1:B1")
 - =IMPORTRANGE ("URL=https://docs.google.com/spreadsheets/d/1QBcCYgjLAuOpg1MMurXEL82fM8sRRv8MiqCqM7glFSg/edit", "Worksheet=Página1", "Range=A1:B1")
 - =IMPORTARFAIXA ("https://docs.google.com/spreadsheets/d/1QBcCYgjLAuOpg1MMurXEL82fM8sRRv8MiqCqM7glFSg/edit", "Página1!A1:B1")
 - =IMPORTRANGE ("URL=https://docs.google.com/spreadsheets/d/1QBcCYgjLAuOpg1MMurXEL82fM8sRRv8MiqCqM7glFSg/edit";"Source=Página1\$A1:B1")

**CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS****Noções de Direito Constitucional**

Atenção: Considere a Constituição Federal de 1988 para responder às questões de números 31 a 36.

31. Juan é filho de chilenos e nasceu no Brasil enquanto seus pais aqui passavam as férias. Carlos Eduardo é filho de brasileiros e nasceu no exterior enquanto sua mãe lá estava a serviço do Brasil. Katrina se naturalizou brasileira após 16 anos ininterruptos de residência no Brasil. Os três possuem o sonho de seguir a carreira diplomática no Brasil. Com base somente nas informações fornecidas, a carreira diplomática poderá ser seguida por
- (A) Carlos Eduardo, apenas.
 - (B) Carlos Eduardo e Katrina, apenas.
 - (C) Juan, Carlos Eduardo e Katrina.
 - (D) Juan e Carlos Eduardo, apenas.
 - (E) Juan, apenas.
32. Thais, brasileira, é estudante de direito e tem 19 anos de idade. Seu pai, Arnaldo, brasileiro, é analfabeto, tem 50 anos de idade e trabalha como auxiliar de obra. Sua avó, Cacilda, brasileira, é professora aposentada e tem 65 anos de idade. Considerando apenas as informações fornecidas, sabendo-se que todos gostariam de entrar para a vida política: para Thais, o alistamento e o voto são
- (A) facultativos e ela pode ser eleita Vereadora nas eleições municipais; para Arnaldo, o alistamento e o voto são proibidos e ele não pode ser eleito para nenhum cargo eletivo; e para Cacilda, o alistamento e o voto são obrigatórios e ela pode ser eleita, dentre outros cargos, Presidente da República nas eleições gerais.
 - (B) obrigatórios e ela pode ser eleita Vereadora nas eleições municipais; para Arnaldo, o alistamento e o voto são facultativos e ele não pode ser eleito para nenhum cargo eletivo; e para Cacilda, o alistamento e o voto são obrigatórios e ela pode ser eleita, dentre outros cargos, Presidente da República nas eleições gerais.
 - (C) obrigatórios e ela não pode ser eleita para nenhum cargo eletivo; para Arnaldo, o alistamento e o voto são facultativos e ele pode ser eleito, dentre outros cargos, Governador de Estado nas eleições gerais; e para Cacilda, o alistamento e o voto são facultativos e ela não pode ser eleita para nenhum cargo eletivo.
 - (D) facultativos e ela não pode ser eleita para nenhum cargo eletivo; para Arnaldo, o alistamento e o voto são facultativos e ele pode ser eleito, dentre outros cargos, Governador de Estado nas eleições gerais; e para Cacilda, o alistamento e o voto são facultativos e ela pode ser eleita, dentre outros cargos, Presidente da República nas eleições gerais.
 - (E) obrigatórios e ela pode ser eleita Vereadora nas eleições municipais; para Arnaldo, o alistamento e o voto são proibidos e ele não pode ser eleito para nenhum cargo eletivo; e para Cacilda, o alistamento e o voto são facultativos e ela pode ser eleita, dentre outros cargos, Presidente da República nas eleições gerais.
33. Solange é proprietária de um imóvel urbano, onde reside. Em caso de iminente perigo público, a autoridade competente poderá usar de referida propriedade particular,
- (A) assegurada a Solange indenização ulterior, se houver dano.
 - (B) assegurada a Solange justa e prévia indenização em títulos da dívida pública, independentemente de dano.
 - (C) assegurada a Solange justa e prévia indenização em dinheiro, independentemente de dano.
 - (D) assegurada a Solange indenização ulterior, independentemente de dano.
 - (E) não assegurada indenização a Solange, ainda que haja dano.
34. Graça é aposentada filiada ao sindicato de sua categoria profissional. Márcia, empregada da empresa privada "PVA", foi eleita para cargo de direção do sindicato de sua categoria profissional. Nessas situações, com base apenas nas informações fornecidas, Graça
- (A) tem direito a votar, mas não pode ser votada nas eleições do seu sindicato, enquanto Márcia não pode ser dispensada da empresa "PVA" até 120 dias após o final do seu mandato, salvo se cometer falta grave nos termos da lei.
 - (B) não tem direito a votar nem a ser votada nas eleições do seu sindicato, enquanto Márcia não pode ser dispensada da empresa "PVA" até dois anos após o final do seu mandato, salvo se cometer falta grave nos termos da lei.
 - (C) tem direito a votar e ser votada nas eleições do seu sindicato, enquanto Márcia não pode ser dispensada da empresa "PVA" até um ano após o final do seu mandato, salvo se cometer falta grave nos termos da lei.
 - (D) tem direito a votar, mas não pode ser votada nas eleições do seu sindicato, enquanto Márcia não pode ser dispensada da empresa "PVA" até um ano após o final do seu mandato, salvo se cometer falta grave nos termos da lei.
 - (E) não tem direito a votar nem a ser votada nas eleições do seu sindicato, enquanto Márcia não pode ser dispensada da empresa "PVA" até 120 dias após o final do seu mandato, salvo se cometer falta grave nos termos da lei.



35. Joana, Deputada Estadual eleita nas últimas eleições gerais pelo partido "Para Frente Mulheres – PFM", pretende se desligar desse partido. Se Joana se desligar do partido "PFM",
- não perderá, em nenhuma situação, o mandato, computada a migração de partido para fins de distribuição de recursos do fundo partidário ou de outros fundos públicos e de acesso gratuito ao rádio e à televisão.
 - perderá o mandato, ainda que haja anuência do referido partido, salvo no caso das hipóteses de justa causa estabelecidas em lei, computada, nessa situação, a migração de partido para fins de distribuição de recursos do fundo partidário ou de outros fundos públicos e de acesso gratuito ao rádio e à televisão.
 - não perderá, em nenhuma situação, o mandato, não computada a migração de partido para fins de distribuição de recursos do fundo partidário ou de outros fundos públicos e de acesso gratuito ao rádio e à televisão.
 - perderá o mandato, salvo no caso de anuência do referido partido ou de outras hipóteses de justa causa estabelecidas em lei, computada, em qualquer caso, a migração de partido para fins de distribuição de recursos do fundo partidário ou de outros fundos públicos e de acesso gratuito ao rádio e à televisão.
 - perderá o mandato, salvo no caso de anuência do referido partido ou de outras hipóteses de justa causa estabelecidas em lei, não computada, em qualquer caso, a migração de partido para fins de distribuição de recursos do fundo partidário ou de outros fundos públicos e de acesso gratuito ao rádio e à televisão.

36. Os Tribunais Regionais do Trabalho compõem-se de, no mínimo,

- onze juízes recrutados, quando possível, na respectiva região e nomeados pelo Presidente da República dentre brasileiros com mais de trinta e menos de sessenta e cinco anos de idade.
- vinte e sete juízes recrutados, quando possível, na respectiva região e nomeados pelo Presidente da República dentre brasileiros com mais de trinta e cinco e menos de setenta anos de idade.
- vinte e sete juízes recrutados, quando possível, na respectiva região e nomeados pelo Presidente da República dentre brasileiros com mais de trinta e cinco e menos de sessenta e cinco anos de idade.
- onze juízes recrutados, quando possível, na respectiva região e nomeados pelo Presidente da República dentre brasileiros com mais de trinta e cinco e menos de setenta anos de idade.
- sete juízes recrutados, quando possível, na respectiva região e nomeados pelo Presidente da República dentre brasileiros com mais de trinta e menos de setenta anos de idade.

Noções de Direito Administrativo

37. Considere que um servidor público que exerce suas atribuições em órgão licenciador forneceu a terceiro o número de sua senha pessoal de acesso ao sistema de gerenciamento de processos e licenças do órgão. De posse desse número, o terceiro emitiu a licença ambiental pendente para o estabelecimento hoteleiro do qual era proprietário. Soube-se, também, que o terceiro transferiu parte de suas quotas do empreendimento para a genitora do servidor público. Com a emissão da licença ambiental, foi liberado o início das atividades do empreendimento. Com base apenas as informações fornecidas, o servidor público
- será disciplinarmente responsabilizado, com a aplicação de sanção administrativa de demissão, apenas como efeito decorrente de condenação na esfera criminal ou por improbidade administrativa.
 - não pode ser responsabilizado no âmbito disciplinar, pois não praticou qualquer conduta comissiva que caracterize infração, ficando sujeito a responsabilização por perdas e danos, na esfera civil, em razão de eventuais prejuízos ambientais causados pela licença irregularmente emitida.
 - pode responder por improbidade administrativa, em razão da vantagem econômica recebida por sua genitora, caso reste demonstrado dolo específico do servidor.
 - deve ser condenado por ato de improbidade administrativa, ante o percebimento de vantagem econômica decorrente do fornecimento da senha a terceiro, independentemente do elemento subjetivo.
 - poderá ser responsabilizado apenas no âmbito disciplinar, pois não praticou nenhuma conduta que repercutisse nas esferas civil ou criminal.

38. O Chefe do Poder Executivo de um município editou um decreto estabelecendo os valores das multas pelo cometimento de infrações administrativas estabelecidas em lei própria do ente, a exemplo da ausência ou da irregularidade da licença de funcionamento para estabelecimentos comerciais. O decreto editado

- fundamenta-se no poder normativo da Administração Pública, apresentando natureza autônoma e geral, oponível, portanto, aos administrados em geral.
- é irregular, pois, havendo lei, não remanesce matéria reservada a decreto, especialmente quando se presta a disciplinar aspectos necessários à constituição da infração.
- é manifestação do poder disciplinar, de natureza autônoma e abstrata, aplicável aos administrados em geral.
- é manifestação do poder regulamentar da Administração Pública, considerando que as infrações foram instituídas por lei.
- decorre do exercício do poder de polícia, pois ensejará fiscalização e autuação de estabelecimentos privados.



39. As disposições da Lei nº 14.133/2021 sobre manifestações de irresignação no decorrer do processo licitatório, em especial sobre a interposição de recursos, veiculam que
- (A) o provimento a eventual recurso apresentado ensejará a invalidação dos atos que não sejam suscetíveis de aproveitamento.
 - (B) não cabe recurso contra ato de revogação de licitação, pois se insere em matéria de conveniência e oportunidade, não se submetendo a nenhum controle, interno ou externo.
 - (C) os recursos não têm efeito suspensivo, apenas os pedidos de reconsideração.
 - (D) os pedidos de reconsideração são apresentados para a mesma autoridade que proferiu o ato, de modo que não poderiam ter efeito suspensivo.
 - (E) a manifestação de interesse e a apresentação das respectivas razões de recurso devem se dar em apenas uma oportunidade, ao final do procedimento de licitação, e versar a respeito de todos os aspectos objeto de irresignação.
40. O regime jurídico administrativo é informado por regras e princípios, estes que estão previstos no ordenamento jurídico de forma expressa ou implicitamente. Tem-se como implícito o princípio da
- (A) moralidade administrativa, que permeia os demais princípios para deles extrair o conteúdo que melhor atenda o interesse público no caso concreto.
 - (B) autotutela, segundo o qual a Administração Pública pode revogar seus atos e contratos administrativos eivados de vício de legalidade.
 - (C) supremacia do interesse público, que autoriza a derrogação de norma legal para atendimento do interesse da Administração Pública em detrimento de interesses privados.
 - (D) eficiência, que exige da Administração Pública o atingimento do máximo de resultados possíveis, com o menor empenho de recursos disponíveis.
 - (E) indisponibilidade do interesse público, com base no qual não é dado à Administração Pública transigir sobre seus interesses, salvo previsão legal.
41. Considere que um servidor público tenha requerido afastamento para participar de um curso fora de seu local de exercício e seu pedido tenha sido deferido. Pouco antes da data informada para a realização do curso, o superior hierárquico do servidor recebeu uma denúncia anônima, imputando como inautêntica a notícia do evento. Efetuadas diligências, constatou-se que o curso, de fato, não existia. O ato de deferimento do pedido de afastamento para participação do curso
- (A) deve ser revogado pela autoridade que emitiu o ato, ante o comprovado vício de legalidade.
 - (B) deve ser anulado, em razão do vício de motivo, este que não admite convalidação.
 - (C) depende de decisão judicial para sua anulação, tendo em vista que foi regular e legitimamente editado, não podendo ser desconstituído unilateralmente.
 - (D) deve ser mantido, na qualidade de ato jurídico perfeito, sem prejuízo da responsabilização disciplinar do servidor.
 - (E) apresenta vício de motivação, devendo, portanto, ser declarado nulo, caso a autoridade competente não providencie sua convalidação tempestivamente.
42. Dentre as previsões da Lei nº 9.784/1999 disciplinando impedimento para servidor ou autoridade atuar em processo administrativo, evidencia-se a
- (A) situação em que aquele agente público tenha atuado como perito ou expert no processo em questão.
 - (B) hipótese de qualquer parente do agente público, independentemente do grau, figurar como interessado no processo.
 - (C) hipótese em que houver interesse direto e pessoal na matéria objeto da discussão, inexistindo vedação para outras situações de interesse, indireto ou correlato.
 - (D) hipótese da existência de litigância do agente público responsável pelo processo com o interessado no pleito, não se entendendo o impedimento quando se trate de terceiros que mantenham qualquer vínculo de parentesco com o requerente.
 - (E) situação em que o exercício de suas atribuições se dê na mesma Comarca indicada como domicílio do interessado.

Noções de Administração Pública

43. Suponha que determinada entidade pública esteja avaliando seus servidores utilizando o método denominado Pesquisa de Campo. Considerando as premissas e características desse método,
- (A) será necessário aplicar metodologia de análise com base em amostras que representem percentual estatisticamente relevante do universo dos avaliados.
 - (B) sua correta aplicação depende da condução por avaliador externo, que não tenha vinculação com os avaliados.
 - (C) os avaliadores deverão utilizar benchmarks do mesmo setor para fins de comparabilidade dos resultados obtidos.
 - (D) apenas condutas extremas dos servidores deverão ser objeto de avaliação, de forma a proporcionar diferenciais comparativos.
 - (E) o processo como um todo abrangerá etapas de avaliação inicial; análise suplementar; planejamento e acompanhamento.



44. No que concerne à tipologia das estruturas organizacionais, tem-se que a estrutura divisional, cujo exemplo mais emblemático é aquele implantado por Alfred Sloan, possui entre suas características:
- a departamentalização pelo critério geográfico ou por produto, exclusivamente para fins operacionais, sem autonomia gerencial ou financeira para as respectivas unidades.
 - a existência dos denominados centros de resultados, também denominados divisões, que possuem autonomia na apuração de lucros ou prejuízos.
 - elevado grau de verticalização da estrutura, com a presença de ao menos três níveis hierárquicos e que respondem a um comando central.
 - o projeto como elemento central da estrutura, com a criação de órgãos com existência atrelada ao ciclo de duração dos projetos que lhe sejam cometidos.
 - a centralização do controle de custos em um órgão único, que apura os resultados para toda a estrutura, independentemente do critério de departamentalização.
-
45. Tendo em mente que determinada organização adota um modelo de gestão por projetos, utilizando como metodologia o *Critical Path Method – CPM*, isso significa que o denominado caminho crítico
- representa o fluxograma do projeto, com a identificação precisa da área responsável por cada ação e deverá incluir o mapeamento daquelas que possuem histórico de atrasos em suas entregas.
 - deverá ser evitado ao máximo pelos gestores de projetos, o que só é possível a partir do diagnóstico e monitoramento de todas as ações previstas e também dos fatores exógenos que podem impactar o cronograma do projeto.
 - consistirá na identificação dos obstáculos e ameaças presentes no ambiente interno da organização e no cenário externo e que, se não gerenciados, podem impactar a execução dos projetos estratégicos.
 - representará o conjunto de atividades a serem executadas em uma sequência lógico-evolutiva sendo que, caso alguma delas seja executada com atraso, isso importará no comprometimento do prazo de conclusão estabelecido para o projeto.
 - demandará a realização de uma análise probabilística do tempo de execução dos projetos, a partir de uma média ponderada de cenários: atual, futuro e contingencial.
-
46. Entre as diversas teorias relativas à motivação no ambiente organizacional, aquelas apresentadas por McGregor, denominadas Teoria X e Teoria Y,
- apresentam pressupostos opostos, sendo que a Teoria X apresenta os indivíduos como desmotivados e preguiçosos, enquanto a Teoria Y predica que seriam naturalmente inclinados para o trabalho e para assunção de responsabilidades.
 - propõem abordagens complementares no processo motivacional, considerando não apenas aspectos financeiros mas também as necessidades subjetivas de cada indivíduo e os fatores individuais ligados à motivação.
 - baseiam-se, respectivamente, em reforço positivo e em reforço negativo, esse último não necessariamente representado por punições ou sanções, podendo consistir apenas em desincentivos sociais e financeiros a determinadas condutas.
 - distinguem os fatores motivacionais em duas categorias, sendo os indutores aqueles ligados a incentivos e recompensas, enquanto os maiores inibidores seriam o excesso de controle e de rigor dos líderes ou gestores.
 - representam a evolução dos trabalhos acadêmicos e empíricos do autor, que inicialmente considerava que apenas aspectos de subsistência seriam capazes de gerar motivação, passando, mais à frente, a considerar também fatores como estima e reconhecimento.
-
47. A respeito do fenômeno da liderança e do comportamento do líder, tem-se que o modelo apresentado por Fiedler
- contesta as teorias situacionais e sustenta que o comportamento do líder não deve ser modulado por variáveis presentes no ambiente de trabalho.
 - contrapõe-se às teorias contingenciais e entende que o líder deve ser sempre orientado para a tarefa, sem se deixar afetar pelo comportamento dos liderados.
 - é baseado nas características pessoais do líder, classificando os estilos e a liderança em: carismática; autoritária; e conciliadora.
 - apresenta quatro estilos de liderança, a depender do perfil do líder: coercitivo; benevolente; consultivo; e participativo.
 - descreve três variáveis situacionais que condicionam a ação do líder: estrutura da tarefa; relação líder-liderados; e poder de posição.



48. Uma das formas de coordenação presente no âmbito das organizações consiste no denominado ajuste espontâneo, este que
- (A) corresponde à cadeia de comando que parte da autoridade central e deve chegar até o destinatário da ordem, corrigindo eventuais desvios.
 - (B) consiste na adesão da corporação às metas propostas no planejamento estratégico, pautada pelo incentivo financeiro envolvido.
 - (C) se dá quando os projetos idealizados ou as metas estabelecidas necessitam de adequações em função de fatores supervenientes.
 - (D) está presente apenas nos níveis gerenciais da organização e ocorre quando a equipe não está performando adequadamente e demanda substituições.
 - (E) se dá a partir da comunicação entre os responsáveis pela realização de uma tarefa, em relações que não implicam subordinação.

Noções de Direito do Trabalho

49. A Constituição Federal de 1988 assegura aos trabalhadores urbanos e rurais um repouso semanal com duração de 24 horas consecutivas, a ser concedido preferencialmente aos domingos, e com remuneração que, para os empregados que trabalham
- (A) por hora, corresponde à jornada de trabalho cumprida na semana, sem o cômputo de eventuais horas extras prestadas.
 - (B) por tarefa ou peça, corresponde ao valor do salário relativo às tarefas ou peças feitas durante a semana, no horário normal de trabalho, dividido pelos dias de serviço efetivamente prestados ao empregador.
 - (C) em domicílio, corresponde ao quociente da divisão por sete do valor total da sua produção na semana.
 - (D) por dia, semana, quinzena ou mês, corresponde à remuneração de um dia de trabalho, excluído o valor das horas extras prestadas no período.
 - (E) por semana, quinzena ou mês, e que tenham faltado injustificadamente até no máximo uma vez durante a semana, corresponde à metade da remuneração de um dia de trabalho.
50. A Constituição Federal de 1988, em seu Título II, que prevê os direitos e garantias fundamentais, indicou, de forma exemplificativa, direitos fundamentais dos trabalhadores urbanos e rurais, entre os quais
- (A) seguro contra acidentes de trabalho, a cargo do empregador, sem excluir a indenização a que este está obrigado, em caso de dolo ou culpa.
 - (B) igualdade de direitos entre o trabalhador com vínculo empregatício permanente e o trabalhador temporário.
 - (C) adicional de remuneração para atividades insalubres ou perigosas, na forma da lei, excluídas as atividades penosas.
 - (D) salário-família para seus dependentes.
 - (E) assistência gratuita aos filhos e dependentes desde o nascimento até seis anos de idade em creches e pré-escolas.
51. Como direito constitucionalmente assegurado aos trabalhadores urbanos e rurais, o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) consiste em depósitos feitos mensalmente pelo empregador em uma conta específica aberta em nome do empregado junto à Caixa Econômica Federal e que
- (A) devem ser feitos até o dia 7 de cada mês, considerando a remuneração paga ou devida no mês anterior.
 - (B) são assegurados inclusive aos diretores não empregados, já que estes recebem retiradas mensais pagas pela empresa contratante.
 - (C) correspondem a 8% da remuneração paga ou devida no mês anterior, excluídos os valores correspondentes às parcelas concedidas a título de salário utilidade.
 - (D) correspondem a 8% da remuneração paga ou devida no mês anterior, inclusive para os aprendizes.
 - (E) são obrigatórios mesmo nos casos de afastamento para prestação do serviço militar obrigatório e licença por acidente do trabalho.
52. Diante de alguma causa específica, não obstante o contrato de trabalho permaneça em vigor, pode ocorrer sua interrupção, que acarreta a inexecução provisória da prestação de serviço, sem que deixem de ter eficácia outras cláusulas contratuais, entre as quais o pagamento do salário. Nesse sentido, o legislador autoriza expressamente que o empregado deixe de comparecer ao serviço, sem prejuízo do salário,
- (A) por 2 dias, a cada 12 meses de trabalho, em caso comprovado de doação voluntária de sangue.
 - (B) pelo tempo máximo de uma semana por ano para, como representante de entidade sindical, participar de reunião oficial de organismo internacional do qual o Brasil faça parte como membro.
 - (C) por 2 dias no período de 12 meses, para acompanhar filho de até 1 ano em consulta médica.
 - (D) pelo tempo necessário para acompanhar esposa ou companheira em até 6 consultas médicas, ou em exames complementares, durante o período de gravidez.
 - (E) por até 4 dias, em cada 12 meses de trabalho, em caso de realização de exames preventivos de câncer devidamente comprovado.



53. Sobre remuneração e abono de férias, considerando as disposições legais e o entendimento adotado pelo Tribunal Superior do Trabalho em Súmulas e Orientações Jurisprudenciais,
- não integra o salário do empregado, para fins de cálculo das férias, a parte paga em utilidades.
 - o abono, correspondente a um terço do período de férias, deve ser requerido pelo empregado até 15 dias antes do início do período de gozo das férias.
 - o pagamento das férias proporcionais, gozadas ou não, deve ser feito com acréscimo de pelo menos um terço.
 - o pagamento do abono de férias será feito na mesma data em que for dado pelo empregador o aviso de férias ao empregado.
 - não incide correção monetária sobre o valor das comissões recebidas pelo empregado durante o ano para fins de cálculo, pela média, das férias.

54. De acordo com as previsões legais e o entendimento sumulado do Tribunal Superior do Trabalho em relação às diversas hipóteses de rescisão dos contratos de trabalho por prazo indeterminado,
- presume-se o abandono de emprego se o trabalhador não retornar ao serviço no prazo de 15 dias após a cessão do benefício previdenciário, nem apresentar qualquer justificativa nesse prazo.
 - a indenização pela dispensa arbitrária ou sem justa causa corresponde à importância igual a 40% do montante do saldo existente na conta vinculada do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) do empregado.
 - a condenação criminal do empregado, ainda que pendente recurso no âmbito penal, autoriza, por sua gravidade, a rescisão do contrato de trabalho por justa causa.
 - para que se efetive a despedida indireta, a prática de justa causa por parte do empregador precisa ser reconhecida pela Justiça do Trabalho, devendo o empregado permanecer trabalhando até a decisão final do processo.
 - reconhecida a culpa recíproca na rescisão do contrato de trabalho, o empregado tem direito a receber 50% do aviso prévio, se indenizado, do 13º salário, das férias proporcionais e da indenização que seria devida em caso de dispensa sem justa causa.

Noções de Direito Processual do Trabalho

55. A transcendência, como pressuposto de admissibilidade do recurso de revista, foi regulamentada pela Lei nº 13.467/2017 (Reforma Trabalhista) e, com a decorrente inclusão de dispositivos na Consolidação das Leis do Trabalho, passou a ser previsto que
- mantido o voto do relator quanto à não transcendência do recurso, será lavrado acórdão com fundamentação sucinta, que constituirá decisão irrecorrível no âmbito do tribunal.
 - o juízo de admissibilidade do recurso de revista exercido pela Presidência dos Tribunais Regionais do Trabalho abrange o critério da transcendência das questões nele veiculadas.
 - poderá o relator, monocraticamente, denegar seguimento ao recurso de revista que não demonstrar transcendência, sendo tal decisão irrecorrível.
 - resta caracterizada a transcendência jurídica quando o recurso envolve discussão sobre a postulação, por reclamante-recorrente, de direito social constitucionalmente assegurado.
 - resta caracterizada a transcendência jurídica quando o recurso envolve discussão sobre o desrespeito da instância recorrida à jurisprudência sumulada do Tribunal Superior do Trabalho ou do Supremo Tribunal Federal.
56. Considerando a previsão legal de que na audiência deverão estar presentes o reclamante e o reclamado, independentemente do comparecimento de seus representantes, a ausência das partes gera efeitos jurídicos relevantes no processo do trabalho, sendo que:
- não será decretada a revelia quando, havendo pluralidade de reclamados e um deles não comparecer à audiência, a representação de todos seja feita pelo mesmo advogado.
 - a ausência do reclamado na audiência, ainda que presente o advogado munido de procuração e contestação, implica em revelia e confissão.
 - em caso de doença ou qualquer outro motivo poderoso, devidamente comprovado, e que impeça o comparecimento pessoalmente à audiência, o empregado poderá evitar o arquivamento da ação fazendo-se representar por outro empregado que pertença à mesma profissão ou pelo seu sindicato.
 - é facultado ao empregador fazer-se substituir na audiência pelo gerente, ou qualquer outro preposto, que deve ser empregado da reclamada e ter conhecimento dos fatos, sob pena de revelia e confissão.
 - no caso de Reclamatórias Plúrimas ou Ações de Cumprimento, os empregados deverão nomear comissão composta de pelo menos 5 trabalhadores para comparecimento à audiência, sob pena de arquivamento da reclamação.



57. Entre as despesas processuais, assim consideradas os custos econômicos e financeiros do processo suportados pelas partes, estão as custas que, segundo a legislação aplicável e o entendimento sumulado do Tribunal Superior do Trabalho,

- (A) nas ações plúrimas, incidem de forma individualizada, devendo ser calculadas sobre o valor do pedido ou da condenação em relação a cada um dos reclamantes em litisconsórcio.
- (B) serão arbitradas pelo juiz quando o processo for extinto sem julgamento do mérito, respeitado o limite de quatro vezes o valor máximo dos benefícios do Regime Geral de Previdência Social (RGPS).
- (C) não serão reembolsadas à parte vencedora em segunda instância, em reversão, se a parte vencida for a União, os Estados, o Distrito Federal, os Municípios, ou o Ministério Público do Trabalho.
- (D) serão, em caso de celebração de acordo, pagas em partes iguais pelos litigantes, desde que não tenha sido convencionado de outra forma.
- (E) no processo de execução, serão sempre de responsabilidade do executado e pagas no prazo de quinze dias após a homologação do valor da condenação.

58. De acordo com as regras previstas pelo legislador sobre os recursos no processo do trabalho, considere:

- I. Cabem embargos no Tribunal Superior do Trabalho, no prazo de 8 dias, da decisão que conciliar, julgar ou homologar conciliação em dissídios coletivos que excedam a competência territorial dos Tribunais Regionais do Trabalho, desde que o julgamento tenha sido unânime.
- II. O agravo de instrumento interposto contra o despacho que não receber agravo de petição suspende a execução da sentença.
- III. O agravo de petição só será recebido quando o agravante delimitar, justificadamente, as matérias e os valores impugnados, permitida a execução imediata da parte remanescente até o final, nos próprios autos ou por carta de sentença.
- IV. Cabe recurso ordinário para a instância superior, no prazo de 8 dias, de decisão definitiva ou terminativa proferida por Tribunal Regional do Trabalho em dissídio coletivo.
- V. Imediatamente ao receber o recurso interposto em processo que tramita sob o rito sumaríssimo, o Tribunal deverá distribuir-lo, devendo o relator liberá-lo no prazo máximo de 10 dias e a Secretaria do Tribunal ou da Turma colocá-lo imediatamente em pauta para julgamento, sem revisor.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) II, III e IV.
- (B) III, IV e V.
- (C) I, II e III.
- (D) IV e V.
- (E) I e V.

59. A competência material da Justiça do Trabalho é prevista constitucionalmente, sendo que nela NÃO estão abrangidas as ações

- (A) ajuizadas por trabalhadores em face da administração pública direta da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, independentemente do regime de contratação, que são da competência da Justiça Estadual ou da Justiça Federal comum, conforme o caso.
- (B) relativas às penalidades administrativas impostas aos empregadores por Auditores Fiscais da Receita Federal em razão do não recolhimento ou do recolhimento incorreto de imposto de renda sobre salários e verbas de natureza salarial.
- (C) de cobrança de contribuições sindicais devidas aos sindicatos, tendo em vista a natureza tributária dessas contribuições, que são de competência da Justiça Federal comum.
- (D) relativas às penalidades administrativas impostas aos empregadores pelos Auditores Fiscais do Ministério do Trabalho e Emprego, que são de competência da Justiça Federal comum.
- (E) possessórias decorrentes do exercício do direito de greve, que são da competência da Justiça Estadual.

60. A informatização do processo judicial instituída pela Lei nº 11.419/2006 é de inegável relevância para a celeridade e duração do processo e, como meio de efetivação dessa garantia constitucional, o legislador previu que:

- (A) considera-se como data da publicação o dia em que a informação for disponibilizada no Diário da Justiça eletrônico.
- (B) os documentos digitalizados e juntados aos autos que tenham sido objeto de arguição de falsidade deverão ter seus originais entregues na secretaria da Vara do Trabalho no prazo de até 10 dias, contados do questionamento sobre sua validade.
- (C) as intimações serão feitas por meio eletrônico em portal próprio, salvo para a Fazenda Pública, a quem devem ser dirigidas pessoalmente.
- (D) as cartas precatórias, rogatórias, de ordem e, de um modo geral, todas as comunicações oficiais que transitem entre órgãos do Poder Judiciário, bem como entre os deste e os dos demais Poderes, serão feitas preferentemente por meio eletrônico.
- (E) quando a petição eletrônica for enviada para atender prazo processual, serão consideradas tempestivas as transmitidas no máximo até as 23 horas e 59 minutos do último dia do prazo.



DISCURSIVA-REDAÇÃO

Instruções Gerais: Conforme Edital publicado, Capítulo 11 [...] 11.7 Na Prova Discursiva-Redação, a folha para rascunho no Caderno de Provas será de preenchimento facultativo. Em hipótese alguma o rascunho elaborado pelo(a) candidato(a) será considerado na correção pela Banca Examinadora. 11.8 Na Prova Discursiva-Redação, deverão ser rigorosamente observados os limites mínimos de 20 (vinte) linhas e máximo de 30 (trinta) linhas, sob pena de perda de pontos a serem atribuídos à Redação. 11.9 A Prova Discursiva-Redação terá caráter eliminatório e classificatório e será avaliada na escala de 0 (zero) a 10 (dez). 11.9.1 Para os(as) candidatos(as) que concorrem às vagas de ampla concorrência considerar-se-á habilitado(a) o(a) candidato(a) que tiver obtido nota igual ou superior a 6,00 (seis), 11.9.2 Para os(as) candidatos(as) com deficiência, os(as) candidatos(as) autodeclarados(as) negros(as) e os(as) candidatos(as) autodeclarados(as) indígenas, que optaram por concorrer às vagas reservadas e que concorrerem ao cargo de Analista e/ou de Técnico (qualquer Área/Especialidade), de acordo com a Resolução CNJ nº 516/2023 alterada pela Resolução CNJ nº 535/2023 e a Resolução CNJ nº 512/2023 alterada pela Resolução CNJ nº 549/2024 do CNJ, considerar-se-á habilitado(a) o(a) candidato(a) que tiver obtido nota 20% inferior à nota mínima estabelecida para aprovação dos(as) candidatos(as) da ampla concorrência, conforme item 11.9.1 deste Capítulo. 11.9.2.1 Restará habilitado(a) o(a) candidato(a) com deficiência, o(a) candidato(a) autodeclarado(a) negro(a) e o(a) candidato(a) autodeclarado(a) indígena que tiver obtido, nota igual ou superior a 4,80 (quatro vírgula oitenta).

Texto 1

O Projeto de Lei 5662/2019 estabelece a obrigatoriedade da instalação de câmeras de monitoramento em municípios com mais de 30 mil habitantes. As câmeras de vigilância (em ambientes internos e externos) e os drones, aliados à tecnologia de reconhecimento facial, são ferramentas fundamentais para a segurança urbana. Recife é um exemplo de sucesso, onde essa tecnologia permite o monitoramento constante em tempo real de áreas críticas, ajudando a prevenir crimes e identificar suspeitos.

(Disponível em: <https://jus.com.br/110042/artigos>. Adaptado)

Texto 2

Em "Vigiar e punir" (1975), Michel Foucault descreve um modelo estrutural de prisão cuja principal função seria incutir nos presos o sentimento de que estariam sendo continuamente vigiados. Segundo o filósofo francês, esse modelo deve ser "compreendido como uma figura política da tecnologia" e simboliza o controle social das sociedades modernas. O simples sentimento de estar sendo vigiado regularia o comportamento das pessoas, criando indivíduos conformistas, "dóceis e úteis".

Com base no que se afirma em 1 e 2, redija um texto dissertativo-argumentativo sobre o tema:

Tecnologias de vigilância e segurança pública

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	

RASCONHAR

14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

NÃO ESCREVA NESTE ESPAÇO
RASCUNHO

